

Universidades Lusíada

Tavares, João António de Mendonça Vieira Lopes,
1991-

**Um prenúncio de fim de uma ordem mundial :
uma perspetiva realista neoclássica sobre a
posição portuguesa perante a crise da Abissínia**

<http://hdl.handle.net/11067/8102>

<https://doi.org/10.34628/XTEK-Y228>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

O propósito desta investigação é realizar um estudo de caso sobre a posição portuguesa durante crise da Abissínia, tendo a lente teórica do Realismo Neoclássico das Relações Internacionais como referência metodológica. A aplicação da teoria realista neoclássica vai permitir explicar o porquê da posição assumida do governo de Lisboa, tendo como objetivo de estabelecer a existência de uma conexão entre as condicionantes domésticas e a pressão sistémica do sistema internacional na qual Portugal se ...

The purpose of this investigation is to carry out a case study on the Portuguese position during the Abyssinian crisis, using the theoretical lens of Neoclassical Realism of International Relations as a methodological reference. The application of neoclassical realist theory will make it possible to explain the reason for the position taken by the Lisbon government, with the aim of establishing the existence of a connection between domestic constraints and the systemic pressure of the internatio...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Tipo

article

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FCHS] LPIS, n. 30 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-30T01:04:58Z com
informação proveniente do Repositório

**“UM PRENÚNCIO DE FIM
DE UMA ORDEM MUNDIAL”**

**UMA PERSPETIVA REALISTA NEOCLÁSSICA SOBRE A POSIÇÃO
PORTUGUESA PERANTE A CRISE DA ABÍSSÍNIA (1934-1936)**

**“A FORESHADOWING OF THE END
OF A WORLD ORDER”**

**A NEOCLASSICAL REALIST PERSPECTIVE ON THE PORTUGUESE
POSITION IN THE FACE OF THE ABYSSINIAN CRISIS (1934-1936)**

João Tavares

Doutorando em Relações Internacionais pela NOVA FCSH

Investigador Associado no CEAD Francisco Suárez

a2022117390@campus.fcsh.unl.pt

Orcid: 0000-0002-3764-8797

DOI: <https://doi.org/10.34628/XTEK-Y228>

Data de submissão / Submission date: 17.02.2025

Data de aprovação / Acceptance date: 25.03.2025

Resumo: O propósito desta investigação é realizar um estudo de caso sobre a posição portuguesa durante crise da Abissínia, tendo a lente teórica do Realismo Neoclássico das Relações Internacionais como referência metodológica. A aplicação da teoria realista neoclássica vai permitir explicar o porquê da posição assumida do governo de Lisboa, tendo como objetivo de estabelecer a existência de uma conexão entre as condicionantes domésticas e a pressão sistémica do sistema internacional na qual Portugal se insere. As principais conclusões obtidas neste estudo de caso mostram que a decisão portuguesa foi influenciada pelas condicionantes internas e a estrutura do sistema internacional, tendo em consideração a capacidade portuguesa e os interesses portugueses naquele momento histórico em particular.

Palavras-chave: Política Externa Portuguesa; Realismo neoclássico; Teorias das Relações Internacionais; Salazar.

Abstract: The purpose of this investigation is to carry out a case study on the Portuguese position during the Abyssinian crisis, using the theoretical lens of Neoclassical Realism of International Relations as a methodological reference. The application of neoclassical realist theory will make it possible to explain the reason for the position taken by the Lisbon government, with the aim of establishing the existence of a connection between domestic constraints and the systemic pressure of the international system in which Portugal is inserted. The main conclusions obtained in this case study show that the Portuguese decision was influenced by internal constraints and the structure of the international system, considering Portuguese capacity and Portuguese interests at that historical moment.

Keywords: Portuguese foreign policy; Neoclassical realism; International Relations Theories; Salazar.

Introdução

“A primeira crise internacional enfrentada pelo Estado Novo resultou da invasão da Etiópia pela Itália em outubro de 1935” (Pereira, 2012, p. 45), no que ficou conhecido como a crise da Abissínia (1934-1936), que foi uma das primeiras crises internacionais que contribuíram para a irrelevância da Sociedade das Nações (SDN) no sistema internacional, que foi provocada pelo incidente na zona de Ual-Ual, que se degenerou num conflito militar numa zona fronteiriça entre a Etiópia e a Somália, em dezembro de 1934. A Etiópia, também conhecida como Abissínia, era único Estado africano independente, com soberania sobre o seu território, e Estado-membro de pleno direito da SDN, enquanto a Somália era uma colónia do Reino de Itália, o que motivou Mussolini a denunciar o incidente como uma provocação e exigir desculpas e reparações pela atitude de Abissínia, uma vez que “o choque aparentemente fortuito entre uma patrulha etíope e um pequeno contingente militar italiano forneceu ao ditador fascista o pretexto que este há muito procurava para lançar a Itália numa aventura militar destinada a vingar a humilhante derrota de Aduá e a construir um império neo-romano” (Oliveira, 2002, p. 7), um objetivo há muito partilhado pelos nacionalistas italianos que ficaram insatisfeitos com a partilha de África, efetuada na Conferência de Berlim, em finais do século XIX, e ressentidos com a sua quota-parte da divisão dos espojos de guerra realizados pelas grandes potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial.

Tendo em consideração a situação na região, o governo de Lisboa esperava que as grandes potências como a França e a Grã-Bretanha, com interesses estratégicos no continente africano, tomassem medidas para defender o *statu quo* vigente do sistema internacional. Porém, as duas grandes potências tinham outros objetivos em men-

te no tabuleiro de xadrez europeu, nomeadamente procuravam afastar da Itália de Mussolini da influência da Alemanha nazi para preservar a paz no continente europeu.

Numa primeira fase, Portugal procurou manter-se alinhado com as posições britânicas sobre a condenação da Itália fascista, o que “não lhe deveria desagradar completamente” (Oliveira, 2002, p. 27), alinhando pela defesa do direito internacional e do sistema de segurança coletiva da SDN (Pinto, 1994; 2015). No entanto, mais tarde, o governo de Lisboa foi obrigado a mudar a sua posição devido ao receio de se decretarem sanções petrolíferas à Itália de Mussolini, e o risco da internacionalização da questão colonial, mantendo o seu alinhamento junto da Grã-Bretanha e optar por deixar cair a Abissínia nas mãos italianas.

Assim sendo, como se pode explicar, em termos teóricos, a posição portuguesa nesta crise?

O propósito da nossa investigação sobre este estudo de caso é realizar uma análise sobre o posicionamento de Portugal salazarista perante a crise da Abissínia (1935-1936), a partir dos pressupostos teóricos do realismo neoclássico, que faz parte do paradigma realista das Relações Internacionais. A teoria realista neoclássica surgiu com “o intuito de ultrapassar a visão excessivamente estrutural do realismo de Waltz e, assim, contrariar a perspetiva de que a sua teoria política internacional não era uma teoria de política externa” (Mendes, 2019: p. 98), e ao mesmo tempo, resulta de uma síntese que agrega elementos teóricos do realismo clássico e do realismo estrutural, sendo a sua grande novidade a consideração dos fatores internos como importantes elementos explicativos das Relações Internacionais. Por outras palavras, é uma corrente teórica capaz de explicar fenómenos políticos, desde comportamento da política externa de um determinado Estado, as decisões tomadas a curto prazo em determinadas crises, e a evolução da estrutura do sistema internacional (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016).

O realismo neoclássico é uma perspetiva teórica capaz de ser utilizada para explicar as decisões tomadas pelo executivo de política externa portuguesa, uma vez que incorpora as variáveis sistémicas e as unitárias (Rose, 1998). Ou seja, esta corrente teórica agre-

ga os argumentos teóricos dos realistas estruturais e dos realistas clássicos para formar a explicação sobre o porquê da decisão tomada, através da relação agente-estrutura, e as suas lógicas de estruturação (Ripsman; Taliaferro; Lobell, 2016). Ao mesmo tempo, considera os fatores internos como elementos explicativos importantes para a análise da tomada de decisão em política externa, e invoca a importância da dimensão histórica na política internacional, uma vez que recupera “a importância da contingência histórica afastada pelo desejo de maior abstração do neorealismo” (Joaquim, 2012: p. 80), o que justifica a escolha desta corrente teórica para analisar esta tomada de decisão em política externa portuguesa, uma vez que o realismo neoclássico é encarado como uma teoria de política externa (Schweller, 2004).

O enquadramento temporal deste estudo só terá em consideração os acontecimentos que contribuíram para a alteração da posição assumida pelo executivo de política externa portuguesa.

1. A conjuntura internacional no sistema internacional do pós-Primeira Guerra Mundial

A década de 1930 foi marcada pela saída da crise mundial financeira de 1929. Como nota Duroselle (2013, p. 133), “a crise americana, coincidente com a baixa dos preços mundiais, iria repercutir em todo o mundo e provocar quase em toda a parte uma tempestade económica, financeira e monetária”.

Ao mesmo tempo, a Europa estava a testemunhar “o crescimento e exaltação do fascismo de Mussolini e do nazismo de Hitler” (Raposo, 2003, p. 13), assim como o agravamento da ameaça comunista representada pela Rússia soviética, o que espoletou uma nova vaga de autoritarismo no Velho Continente, uma vez que “nos países europeus onde a tradição democrática era menor e as estruturas menos estáveis, as correntes autoritárias que já se tinham manifestado antes da guerra de 1914-1918, começaram a transformar-se em ditaduras militares do velho estilo ou em ditaduras modernas fascistas e totalitárias” (*ibidem*), sendo que, “a partir de 1936,

as tendências autárquicas e intervencionistas do Estado fascista aceleraram-se bruscamente” (Milza, 1995, p. 151).

O continente europeu vivia uma fase histórica onde “sente-se ruir a política de segurança coletiva (...) que, durante alguns anos fugazes, era simbolizada pela SDN” (Nogueira, 1977: p. 306), desde a ascensão de Hitler e do seu partido nacional-socialista à chancelaria alemã; em Itália testemunha o regresso do nacionalismo agressivo pela mão dos fascistas liderados por Benito Mussolini; em França e na república espanhola instalou-se o caos e debatia-se a violência; na Rússia soviética ocorreu uma série de julgamentos das purgas promovidas por Estaline; e os Estados Unidos da América (EUA) estavam votados ao seu isolacionismo internacional (Simms, 2023).

Este era o cenário da pressão emanada pelo sistema internacional em ebulição, onde “para além dos antagonismos na Europa, e da crise dentro de cada país, pensava-se numa nova partilha de África” (Nogueira, 1977: pp. 306-307), no qual o Portugal salazarista estava inserido na esfera de influência dominada pela Grã-Bretanha, uma das grandes vencedoras da Primeira Guerra Mundial, dentro de um sistema internacional baseado no Tratado de Versalhes e na edificação do sistema de segurança coletiva da SDN, sob a inspiração da visão idealista do Presidente dos EUA Woodrow Wilson.

Apesar da celebração do Tratado de Amizade Ítalo-Etíope de 1928, assegurar uma concessão para a Abissínia no porto de Asseb, no Mar Vermelho, de forma a garantir o acesso ao mar, de apelar à construção de uma estrada entre Asseb e Dessie, e, ao mesmo tempo, de garantir um acordo para resolver as futuras divergências, através da SDN, sem esquecer a definição dos limites fronteiriços entre a Somália italiana e Etiópia, verificamos que ambos lados continuavam com intenções opostas. Ou seja, Mussolini pretendia que o tratado fosse um instrumento que permitisse que a entrada italiana na Etiópia, e nunca teve a intenção de recorrer à SDN para resolver quaisquer diferendos existentes. O governo da Abissínia pretendia a arbitragem internacional da SDN, e nunca teve a intenção de garantir a construção da estrada, uma vez que considerava o projeto italiano da construção da estrada como uma rota natural para uma invasão militar, por parte do governo de Roma.

A atitude imperial da Itália mussoliniana era justificada pelo fato da França e da Grã-Bretanha não terem satisfeito as exigências italianas na Conferência de Paz (1919-1920), à exceção das exigências territoriais de Trentino e Trieste, cuja “situação que originou o célebre tema da *vittoria mutilata*, avidamente explorado pela propaganda fascista” (Oliveira, 2002, p. 8), sem esquecer que “nem britânicos nem franceses foram propriamente avaros na forma como repartiram entre si os despojos dos impérios (...), as elites nacionalistas italianas concluíram que, uma vez mais, as grandes potências ocidentais haviam manipulado o direito internacional para privar a Itália do seu «lugar ao sol»” (*ibidem*).

Todavia, o fato do Reino de Itália ainda não ter condições de colocar em causa os arranjos do sistema internacional instituídos pelo Tratado de Versalhes, tendo em vista alcançar os seus desígnios imperiais mais ambiciosos, desde a dominação dos Balcãs até a transformação do Mar Mediterrâneo num lago italiano, forçou Mussolini a optar por uma abordagem mais pragmática. Ou seja, Roma optou por efetuar uma aproximação junto dos governos de Londres e Paris, aproveitando as diferenças entre as duas grandes potências da *Entente Cordiale*, assim como efetuar um estreitamento de laços com as potências mais insatisfeitas com os arranjos de Versalhes para tirar partido da situação para o interesse italiano (Duroselle, 2013), tal como a Alemanha.

Com a atenção de Adolf Hitler focada nas regiões da Europa Central e Oriental, Mussolini optou por concentrar as suas atenções fora da Europa. Nomeadamente, na região do Corno de África, mais especificamente o Estado soberano que se encontrava entre a Eritreia e a Somália, duas colónias italianas, a Abissínia do Imperador Hailé Selassié, que era um Estado-membro da SDN. Como nota Raposo (2003, p. 15), “a conquista da Etiópia era um velho sonho dos governos de Itália. Seguindo uma tendência da época, os seus governos tinham iniciado uma ativa política colonial e conquistado Assab no Mar Vermelho, onde a Itália tinha os seus interesses instalados”.

No entanto, Mussolini, ao fazer da Abissínia o seu foco do expansionismo imperial italiano, corria o risco de provocar a Grã-Bre-

tanha, uma vez que estava a intrometer-se na zona de esfera de influência britânica que envolvia os territórios do Egipto, Sudão, a Somália britânica e Quênia, e corria o risco de colocar em causa a segurança do Mar Vermelho, que era uma rota vital do Império Britânico para a Índia (Duroselle, 2013; Nogueira, 2000).

“Para as pequenas potências ciosas da manutenção do *statu quo* africano (...) que, em 1935, depositavam ainda alguma esperança nos ideais societários, o golpe de força italiano não poderia senão ser visto com uma enorme inquietação” (Oliveira, 2002, p. 9), tendo Berlim e Tóquio protagonizado ações semelhantes como foi o caso do *Anschluss* alemão e da invasão japonesa sobre a Manchúria, respetivamente.

Tendo em consideração o agravamento do comportamento imperialista da Alemanha nazi, era necessário afastar o Reino de Itália da influência de Berlim, para poder existir uma frente europeia unida em contenção das ambições nazis, e para esse efeito, os aliados da *Entente Cordiale* procuraram apaziguar Mussolini.

Todavia, devido ao ato de agressão perpetrado pelo Reino de Itália, a Abissínia de Haillé Selassié, sendo um Estado sobrano de pleno direito, solicitou à SDN uma intervenção internacional contra a potência agressora. O problema que surgiu nesta questão foi o facto de a Grã-Bretanha e a França, as duas grandes potências presente em África, “a quem competiam os papéis principais na salvaguarda da legalidade internacional, não queriam hostilizar Mussolini” (Pereira, 2012, p. 46), uma vez que procuravam atrair Roma para o seu lado, o que levou à realização da Conferência de Stresa de 1935, na qual os representantes dos governos de Roma, Paris e Londres acordaram o seu apoio à independência da Áustria, assim como a sua recusa em rever o Tratado de Versalhes. Após a conclusão da conferência, *Il Duce* encarou a mesma como uma autorização para Itália prosseguir com a sua aventura imperial no continente africano, com o beneplácito dos governos de Paris e Londres, tendo o primeiro-ministro francês Pierre Laval encorajado Mussolini nesse sentido, à revelia da Grã-Bretanha (Croizer, 1977). Os governos da *Entente Cordiale* ficaram embaraçados perante uma escolha, “fechar os olhos à atitude italiana na Etiópia para assegurar o apoio italiano

contra a Alemanha, ou apoiar a Etiópia, pelo menos evitar um novo enfraquecimento da SDN” (Duroselle, 2013: p. 176).

A região de Ual-Ual, com os seus trezentos poços de petróleo, era parte integrante do território abissínio, não tendo a sua fronteira sido formalmente delimitada, o que contribuiu para a situação se transformar num ponto de discórdia, a ser aproveitado pelos italianos, tendo a situação se agravando até ao estabelecimento dos acordos Laval-Mussolini, o que abriu a porta para a reorganização das colónias italianas da Somália e da Eriteira, e ao mesmo tempo, preparar a invasão da Etiópia. Ao mesmo tempo, a França tinha os seus interesses focados no caminho-de-ferro Djibuti-Adis Abeba, “e o governo italiano obtivera satisfação sobre este ponto pelos acordos de Roma” (*ibidem*), enquanto a Grã-Bretanha tinha interesse nas regiões do Nilo Azul e no lago Tsana, o que levou Itália a celebrar um acordo com Londres para dividir a Etiópia em duas zonas de influência.

Tendo em consideração o alinhamento dos interesses estratégicos das grandes potências europeias, o sacrifício da soberania da Abissínia parecia ser encarado como um mal necessário para as potências da *Entente Cordiale*, uma vez que, o seu objetivo principal visava a preservação da paz no Velho Continente (Meneses, 2004).

A campanha militar italiana tinha sido organizada em segredo por Mussolini e o general De Bono (Raposo, 2003), “seria também uma forma de Mussolini mobilizar a sociedade italiana em torno de um ideal patriótico, o que lhe iria permitir reforçar a sua liderança carismática e o seu controlo sobre as instituições italianas ainda não inteiramente domesticadas pelo regime fascista” (Oliveira, 2002, p. 7), assim como “para vingar o desastre de Adua em 1896 e fundar um vasto império colonial italiano” (Duroselle, 2013, p. 175).

“Nos corredores da SDN, com efeito, e como consequência do que se premeditava nas chancelarias das principais potências, agitava-se a ideia da internacionalização da África Central” (Nogueira, 1977, p. 307), o que não era segredo para nenhum corpo diplomático, e muito menos para os líderes políticos, uma vez que “a participação económica, a atividade cultural, a ajuda financeira, quando efetuadas por grandes potências, são sempre seguidas

pela intervenção política e esta pela militar” (*ibidem*), cuja percepção foi agravada pelo fracasso da Conferência de Desarmamento (1933-1934), uma vez que Paris e Londres estavam mais preocupadas com o comportamento expansionista de Hitler sobre a Europa do que com o *statu quo* do continente africano.

As preocupações da *Entente Cordiale*, vieram a confirmar-se com a denúncia alemã sobre o Tratado de Locarno, e Hitler ordenou a ocupação da Renânia pelo exército alemão. “A decisão mostrava a força bélica da Alemanha, que Hitler buscava encobrir com a proposta de um pacto não-agressão dirigido à França e à Bélgica e de que seriam garantes a Inglaterra, a Itália e a Holanda” (Serrão, 2000, p. 71).

Entre as vitórias das Frentes Populares, em Espanha e em França, a reemergência do imperialismo alemão sob a liderança nazi, e a consolidação da ameaça emanada pela Rússia soviética no Leste Europeu, o sistema internacional começava a apresentar um cenário cada vez mais preocupante para os interesses do governo de Lisboa. Podemos verificar que a conjuntura colonial no mundo era marcada pela fragilidade da posição portuguesa em África, em relação aos interesses das principais potências coloniais europeias.

Porém, a gestão dos interesses coloniais das grandes potências em África era condicionada pela situação existente no continente europeu, estando os governos de Paris e de Londres disponíveis a sacrificar possessões coloniais de outros Estados, mesmo que fossem aliados, ou outros Estados soberanos.

Importa destacar que este era o cenário da pressão sistémica que condiciona a atuação de Portugal salazarista no sistema internacional.

2. As variáveis da situação doméstica portuguesa na década de 1930

2.1. As percepções do decisor político no executivo da política externa portuguesa

Como nota Schweller (2004), a percepção do decisor político sobre a distribuição do poder é uma das variáveis intervenientes a

nível doméstico a ter em consideração, neste estudo de caso, uma vez que os governantes são os atores primários nos assuntos internacionais. Neste estudo de caso, o decisor político do executivo da liderança política responsável pelo processo decisório da política externa portuguesa, neste período histórico em particular, é o Presidente do Conselho de Ministros António de Oliveira Salazar, tendo como Ministro dos Negócios Estrangeiros Armindo Monteiro.

Na sua primeira exposição de fundo sobre política externa, a muito citada Nota Oficiosa de 20 de setembro de 1935, Salazar não escondia o seu ceticismo a respeito da SDN:

“(...) deve notar-se que pela não entrada dos Estados Unidos, pela organização particular dos Estados americanos e pela saída do Japão, a maior parte da política americana e asiática não é feita através da Liga: Genebra é fundamentalmente centro de política europeia e de política continental, com algumas repercussões – e nós desejaremos que sejam poucas – na política africana” (Salazar, 1945, p. 79).

Insatisfeito com o desempenho de José Caeiro da Matta na pasta ministerial dos Negócios Estrangeiros, Salazar procurou alguém capaz de imprimir uma outra firmeza à condução da diplomacia do regime, o que o leva a trocar Armindo Monteiro do Ministério das Colónias para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, devido ao seu desempenho na execução da política colonial portuguesa, pelo que poderia ser a pessoa indicada para dar uma nova energia que Salazar procurava cunhar na política externa portuguesa (Oliveira, 2000).

Igualmente importante para a sua primeira incursão pela política externa portuguesa, Salazar travou conhecimento com o embaixador Luís Teixeira de Sampaio, o então secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que será a sua influência mais importante na sua procura de definir um rumo para a política externa portuguesa. Com a orientação de Teixeira de Sampaio, Salazar vai assumir uma abordagem onde vai manter a política externa portuguesa acima das “oscilações ideológicas, e independente dos conflitos ocasionais entre as potências” (Nogueira, 1977, p. 305).

Em primeiro lugar, Salazar entende que Portugal deve ancorar a sua política externa na velha aliança luso-britânica, e manter-se mais longe possível das questões continentais (Salazar, 1945). Sobre as organizações internacionais, “a diplomacia aberta e multilateral e a segurança coletiva, encarnadas pela SDN, não o entusiasmavam por aí além” (Oliveira, 2002, p. 11), havendo a preocupação de que a discussão de temas como a internacionalização dos problemas africanos pudesse lesar fortemente os interesses portugueses, semelhante ao que aconteceu antes com a Conferência de Berlim de 1885, o que leva Salazar a favorecer uma diplomacia mais bilateral, a chamada “velha diplomacia de chancelaria” (*ibidem*), em detrimento dos fóruns diplomáticos mais multilaterais.

Na ótica de Salazar, Portugal é uma potência atlântica, e a linha tradicional da política externa portuguesa é coincidente com o interesse nacional português que está assente “em não nos envolvermos (...) nas desordens europeias, em manter a amizade peninsular, em desenvolver as possibilidades do nosso poderio atlântico” (Salazar, 1945, p. 80).

Com o renascer do conflito de interesses entre as grandes potências no continente europeu, principalmente durante a questão ítalo-etíope, o governo português “mantinha-se atento, receoso que a política das concessões pudesse pôr em causa a (...) colónia de Angola” (Raposo, 2003, p. 33).

Durante a questão ítalo-etíope, Salazar dá os seus primeiros passos no acompanhamento da política externa portuguesa, “com atenção assídua mantém o seu interesse absorvente pela atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros: com Armindo Monteiro e Teixeira de Sampaio (...) assenta a atitude de conciliação e de neutralidade a tomar em Genebra perante os choques entre potências europeias” (Nogueira, 1977, p. 331).

Porém, com a eclosão do conflito entre Itália e a Abissínia, a situação revelou-se cada vez mais complexa para o governo de Lisboa, uma vez que Portugal foi eleito para o Conselho da SDN, e como membro eleito não permanente do Conselho, “não podia furtar-se a tomar posição sobre a disputa, mas ao fazê-lo, assumindo a defesa da legalidade internacional, entrava em rota de colisão com a Itália” (Pe-

reira, 2012, p. 46), sem esquecer, que não era possível de contar com o apoio total das grandes potências interessadas como a Grã-Bretanha e a França, “devido à duplicidade da política dos dois países relativamente a Itália” (*ibidem*), e dos seus interesses nacionais respetivos.

Perante esta situação, para o decisor político, Portugal, enquanto membro do Conselho da SDN, foi obrigado a adotar uma atitude em prol do direito internacional, não só por causa da sua posição de potência colonial no continente africano, mas também tinha noção das consequências que um eventual reconhecimento internacional da anexação italiana sobre a Abissínia poderia ter sobre as colónias portuguesas, uma vez que tal ação poderia “abrir um precedente de certa gravidade com vista a uma alteração mais vasta do *statu quo* colonial, e das fronteiras políticas africanas em particular” (Oliveira, 2002, p. 12). Havia receio por parte do Presidente do Conselho e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de que as colónias portuguesas fossem moeda de troca nas negociações secretas entre as outras potências imperais (Nogueira, 1977), tal como aconteceu no passado, assim como havia uma certa preocupação do governo de Lisboa que o estatuto das colónias portuguesas fosse afetado por uma alteração do *statu quo* no continente africano, em prol da manutenção do *statu quo* na Europa, o que justificava o ceticismo de Salazar perante a SDN.

Porém, o Portugal salazarista não deixa de cooperar com a SDN, nem de participar na gestão da organização internacional (Nogueira, 1977), tendo inclusive feito oposição à admissão da União Soviética, no entanto, não procurou “criar dificuldades insuperáveis” (Nogueira, 1977, p. 309) às grandes potências, uma vez que eram as guardiãs do sistema internacional pós-Primeira Guerra Mundial, em especial à Grã-Bretanha, cuja aliança luso-britânica era uma trave-mestre da política externa portuguesa.

Perante o estabelecimento dos acordos Laval-Mussolini, na véspera da reunião do Conselho da SDN, o Ministério dos Negócios Estrangeiros recebeu uma comunicação de Augusto de Castro a dar indicação da nomeação do general De Bono para Alto Comissário para as Colónias da África Oriental¹, tendo *Il Duce* assumido

¹ Torre do Tombo, AOS/CO/NE-4E, pasta 1, doc. 32.

a pasta ministerial das Colónias do seu governo, tendo em vista a reorganização das colónias italianas, na sequência dos acordos entre Paris e Roma. De acordo com Raposo (2003, p. 30), “Mussolini ia pôr em marcha a invasão da Etiópia, procurando minimizar as suas repercussões”, com a aparência do beneplácito do governo francês, como demonstra a visita de Estado de Laval a Roma, que foi reportada pela Legação portuguesa de Roma para o Ministério dos Negócios Estrangeiros². Outra carta da Legação portuguesa de Roma datada de 2 de fevereiro de 1935³ já tinha evidenciado que a ideia de uma nova guerra em Itália era percecionada com grande inquietação.

Numa primeira fase desta crise, a adesão de Portugal às sanções à Itália decorria dos compromissos assumidos por Portugal enquanto membro da SDN, “em nada beliscando os sentimentos de amizade que o povo português nutria pelo nobre povo italiano” (Oliveira, 2002, p. 21), estando a posição portuguesa condicionada pela posição da Grã-Bretanha. Durante esta primeira fase, Portugal não deixa de testar a possibilidade de seguir outros caminhos, tendo o Ministro Armindo Monteiro auscultado o embaixador português em Londres, Rui Enes Ulrich, sobre qual seria inclinação da Grã-Bretanha, caso Lisboa optasse por apoiar as pretensões do governo italiano, tendo este último respondido negativamente sobre essa opção (Raposo, 2003). O discurso de Armindo Monteiro na SDN em 3 de junho de 1936⁴ e a sua carta a Salazar⁵ no mesmo ano, confirmam a prudência do governo português sobre a situação.

“Face ao agravamento da política internacional, com as ambições de Itália desejosa de anexar o império da Etiópia, impunha-se que os assuntos externos fossem tratados em ligação direta com a Presidência do Conselho de Ministros” (Serrão, 2000: p. 17), marcando o momento a partir do qual Salazar vai acompanhar os assuntos dos Negócios Estrangeiros cada vez mais perto, tendo começado a instruir diretamente Augusto de Vasconcelos, ministro plenipotenciário de 1ª classe, junto da SDN, quando a situação o

² Torre do Tombo, AOS/CO/NE-4E, pasta 1, pp. 7-15.

³ Torre do Tombo, AOS/CO/NE-4E, pasta 1, docs. 43-44.

⁴ Torre do Tombo, AOS/CO/NE-6ª, pasta 8, pp. 95-104.

⁵ Torre do Tombo, AOS/CP, 1ª Subdivisão.

justificava, porque Portugal “tem de evitar envolver-se no conflito por qualquer outra forma” (Nogueira, 1977, p. 348).

Além disso, a vitória da Frente Popular em Espanha, nas eleições de fevereiro de 1936, era motivo de preocupação para Salazar, receando que “a atividade subversiva em Espanha contagiasse Portugal e não esquecia o ideário iberista da esquerda espanhola” (Pereira, 2012, p. 66), e que a influência da Rússia soviética conseguisse alastrar para a Península Ibérica.

A 7 de Março de 1936, quando estava iminente o agendamento da discussão relativa à adoção das sanções petrolíferas, um acontecimento inesperado vem destroçar por completo a linha de firmeza ensaiada por Eden, e a deixar o Presidente do Conselho apreensivo (Nogueira, 1977). Nesse dia, após a denúncia unilateral do Pacto de Locarno, Hitler ordena a remilitarização da Renânia, desta forma dando um golpe de misericórdia no Tratado de Versalhes, e ao mesmo tempo, no *statu quo* do sistema internacional. Perseguindo a reconstituição da Frente de Stresa, com Itália, as potências democráticas, operam um volta-face completo nas suas posições (Duroselle, 2013). O prestígio da SDN e a independência da Abissínia tornavam-se subitamente irrelevantes face à mais recente demonstração do comportamento expansionista alemão, e “Mussolini era novamente encarado como um parceiro imprescindível para a contenção da Alemanha” (Oliveira, 2002, p. 23), o que veio a ditar o fim das sanções, o que não deixava a Salazar outra alternativa a não ser Portugal desistir das sanções, em sintonia com os restantes Estados-membros da SDN devido à falta de eficácia da aplicação das mesmas.

2.2. Os constrangimentos internos

Devido à recente memória da desastrosa participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial e a sua consequência sobre o fim da Primeira República Portuguesa (*idem*) o conflito entre as instituições centrais do Estado português e a sociedade era inexistente, uma vez que a liderança política e a sua elite se encontrava em sintonia com as necessidades essenciais da população, e estavam cien-

tes da incapacidade portuguesa de resistir a uma possível agressão por parte de uma grande potência, caso Portugal optasse por sair da proteção da Grã-Bretanha no sistema internacional. O que também era justificado pela natureza autoritária do Estado Novo, que exercia repressão sobre qualquer oposição ao regime político liderado por Salazar, uma vez que “as tentativas para destabilizar a vida pública e a paz social eram uma realidade de há muito com provas dadas” (Serrão, 2000, p. 125), e obrigava o regime a permanecer vigilante com recurso aos seus instrumentos repressivos no seio do aparelho do Estado, como por exemplo, a Polícia de Vigilância e de Defesa de Estado (PVDE).

A tentativa de revolta de 10 de setembro de 1935 era mais um sinal de que o regime enfrentava alguma resistência interna contra a consolidação política do Estado Novo de Salazar, e ao mesmo tempo, foi uma oportunidade para o regime salazarista exercer repressão contra o Partido Comunista Português, e em simultâneo para dismantlar o movimento nacional-sindicalista de Rolão Preto (Nogueira, 1977) e reagir contra o major Henrique Paiva Couceiro, um herói militar da Monarquia Constitucional, que tinha tecido ao regime “críticas energéticas (...), acusado de não cumprir as esperanças nele depositados e de estar a negociar a venda ou a cessão de Angola aos estrangeiros” (Serrão, 2000, p. 48).

Apesar da repressão desencadeada pelo regime, Paiva Couceiro “nada tinha a ver com os adeptos de Rolão Preto, nem com os dirigentes da Confederação Geral do Trabalho, no campo ideológico. Unia-os somente o ódio visceral ao estadista que as circunstâncias haviam guindado ao cume do Poder Executivo” (Serrão, 2000, p. 51), o que representou uma oportunidade para o regime salazarista silenciar os seus opositores, e ao mesmo tempo evidenciava ao regime salazarista a necessidade de cautela para garantir a consolidação do Estado Novo no seio da sociedade portuguesa, pelo que o governo salazarista tratou de esclarecer a situação política, no qual considerou infundados os rumores da venda das colónias, uma vez que era contrário ao ideário que o regime pregava sobre a integridade territorial de Portugal (Nogueira, 2000), e não passavam de afirmações deturpadas (Nogueira, 1977), por aqueles que pretendiam “ressuscitar

métodos de intervenção na vida pública há muito desfasados dos interesses reais do País, e com a agravante de obedecerem a diretrizes emanadas do estrangeiro” (Serrão, 2000, p. 53).

Outro dos constrangimentos internos era oriundo da capacidade das Forças Armadas. Apesar do reforço do investimento militar nas Forças Armadas, como foi o caso da entrada em funcionamento dos navios como o aviso *Afonso de Albuquerque* e contratorpedeiro *Douro*, assim como o submarino *Espadarte*, para o uso da Armada, durante a década de 1930, no entanto, Portugal salazarista continuava a não ter recursos militares capazes de defender as colónias africanas contra uma potencial agressão militar direta por parte das grandes potências europeias, de forma eficiente, mesmo apesar de ainda existir resquícios do dispositivo militar português instalado no Ultramar, que participou no teatro africano durante a Primeira Guerra Mundial (Serrão, 2000), do qual ainda estava a nação portuguesa a recuperar-se das consequências nefastas da sua participação, quer do teatro europeu, quer do teatro africano. O que evidenciava a dependência tutelar portuguesa perante a Grã-Bretanha, a sua velha aliada, uma das grandes potências hegemónicas no continente europeu, que saiu vencedora na Primeira Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, corriam o risco de agravar os problemas económicos internos devido às sanções contra o Reino de Itália (Rapoço, 2003), sem esquecer do atraso da economia portuguesa durante a década de 1930 (Rosas, 1994).

Desta forma, a estabilidade da coesão da elite governativa do Estado Novo em torno da liderança política de Salazar tornava possível a defesa do interesse nacional português no sistema internacional, de forma mais assertiva, tendo a perfeita consciência da fraca capacidade portuguesa de mobilização de recursos, associada à fraqueza do dispositivo militar das Forças Armadas no Ultramar perante a crise da Abissínia.

2.3. As motivações domésticas

Na década de 1930, Portugal era um Estado europeu de pequena dimensão territorial, com um grande império colonial pluricontinen-

tal, no sistema internacional, tendo, portanto, despesas elevadas com a manutenção da defesa das colónias devido à necessidade de mobilização de recursos necessários para as mesmas (Nogueira, 2000).

A republicação do Ato Colonial de 1930, junto da Constituição Política de 1933, definia a relação entre a metrópole e as colónias, evidenciando a importância das mesmas para Portugal (Serrão, 2000). Por essa razão, a defesa da política colonial portuguesa dentro da política externa portuguesa era vital para assegurar a sobrevivência de Portugal no sistema internacional, sendo um dos principais objetivos do regime salazarista era proteger as colónias portuguesas da cobiça das grandes potências, dentro do limite das capacidades portuguesas, evitando antagonizar diretamente as grandes potências, especialmente a sua velha aliada, a Grã-Bretanha, que era o seu garante de segurança de navegação no Atlântico.

Na metrópole portuguesa, “a opinião pública agita-se; e espontaneamente, ou em artigos inspirados, a imprensa protesta” (Nogueira, 1997, pp. 307-308), aludindo as ameaças vindas das grandes potências europeias contra os interesses portugueses, em especial, sobre o património colonial português no continente africano, quer como parte do interesse das grandes potências em expandirem os seus impérios coloniais, quer por parte do “projeto de fixar na África Portuguesa os judeus residentes na Europa Central e Oriental, para assim se eximirem ao sentimento antisemita que está acentuar-se na Alemanha e na Rússia soviética. Mas esta ideia não teve seguimento” (Nogueira, 1977, p. 308), contudo, as apreensões do governo de Lisboa sobre as colónias permaneceram.

“Enquanto o Estado Novo patenteava um nacionalismo defensivo e ativo por vias diplomáticas, Mussolini alimentava um nacionalismo assumidamente agressivo e muito propício a ações bélicas externas para realizar a unidade nacional e colocar a Itália numa posição cimeira entre as nações” (Matos, 2014, p. 27), mas ambos desvalorizavam o papel da SDN como centro da política europeia, o que levou Salazar a procurar “conquistar uma maior margem de manobra no quadro da Aliança Luso-Britânica, trave-mestra da diplomacia portuguesa” (Oliveira, 2002, p. 27). Neste sentido, verificamos que Armindo Monteiro estava em sintonia com Salazar,

principalmente por causa da inquietação suscitada pela vitória das Frentes Populares em França e em Espanha, assim como o embaraço português de perpetuar as sanções à Itália de Mussolini em conjunto com a União Soviética, inimigo ideológico do Estado Novo (Raposo, 2003).

Como nota Oliveira (2000, p. 134), “para uma modesta potência colonial, sobre a qual pendiam acusações de incúria a respeito das suas responsabilidades «civilizacionais» em África, o eventual reconhecimento da anexação da Etiópia poderia abrir um precedente de alguma gravidade com vista a uma revisão do *statu quo* colonial”, uma vez que o risco da internacionalização dos problemas africanos sob a forma do debate em torno do acesso dos países industriais sem colónias às matérias-primas africanas era uma preocupação real (Caetano, 1965).

Outro aspecto das motivações domésticas portuguesas, pautava-se pela posição portuguesa perante os acordos comerciais existentes, no qual “os créditos comerciais portugueses imobilizados em Itália eram bastante superiores aos créditos comerciais italianos, existindo uma diferença aproximada de 16 500 contos a favor dos credores portugueses” (Raposo, 2003, p. 91), o que era preocupante para o governo de Lisboa, e servia de indicador para o fracasso das sanções, uma vez que existiam outros países em posições semelhantes à portuguesa que teriam interesse em não aplicar as sanções.

As motivações domésticas do regime salazarista podem ser compreendidas tendo em vista a preservação do que restava do império colonial português, dentro das possibilidades das capacidades portuguesas, de forma a assegurar a sobrevivência portuguesa no sistema internacional. Como observa Raposo (2003, p. 43), interessa a Portugal enquanto potência colonial que “a guerra não se faça em nome de princípios que nos possam vir a ser prejudiciais, ou que tais princípios não sejam por nós admitidos sem protesto”.

Conclusão

Na década de 1930, a realidade da crise financeira mundial não contribuiu para a necessidade do governo de Salazar “de vincar

uma linha autónoma de política externa” (Nogueira, 2000, p. 150) até surgir a crise da Abissínia, no qual Portugal como potência colonial não poderia ficar indiferente.

Era necessário “tornar firmemente autónoma e independente a política externa portuguesa” (Nogueira, 1977, p. 306), uma vez que a política de apaziguamento das ambições de algumas potências do sistema internacional neste período histórico parecia ser a mesma, que era aplicada desde o século XIX, ou seja, “como forma de apaziguamento das ambições de algumas potências, vibra pela Europa a ideia de se utilizarem para o efeito os domínios de potências mais fracas” (Nogueira, 1977: p. 306), como é o caso de Portugal, da Bélgica ou mesmo da Abissínia, por exemplo, o que justificava a preocupação de Portugal de que as grandes potências poderiam procurar resolver as necessidades imperiais de Itália à custa do Império Colonial Português, tendo em consideração que “uma nova corrida internacional a África, para uma redistribuição de territórios e matérias-primas, põe em perigo o domínio ultramarino de Portugal” (Nogueira, 2000, p. 150).

Como nota Nogueira (2000, p. 152), “por virtude do conflito ítalo-etíope reaceara-se uma guerra na Europa; mas as dissidências entre os ocidentais, e no seio destes, e a fraqueza da SDN, não permitiram organizar uma frente contra a política de Roma; as sanções decretadas pela liga de Genebra – e em que Portugal, por obediência ao pacto que subscrevera, também participou – não foram cumpridas, ou forma ineficazes; e a Itália fascista pode completar a conquista da Etiópia e incorporá-la na coroa italiana”, tendo o alargamento das sanções nunca ter sido votado, quer por causa da oposição política dos franceses, quer por causa das “previsões pessimistas dos peritos da SDN quanto à eficácia de um embargo em que países como os EUA, grandes fornecedores de petróleo à Itália, não tomariam parte” (Oliveira, 2002, p. 24). Desta forma, o governo de Lisboa “terá de assumir atitudes claras, e firmes, se quiser defender as províncias de além-mar e orientar-se pela linha dos seus interesses permanentes. Terá, portanto, que possuir uma política externa” (Nogueira, 2000, p. 150).

Perante o quadro internacional, Salazar notifica as grandes potências com ambições sobre os territórios portugueses, no qual “estabelece um princípio altivo e sobreano: Portugal propõe-se «vir a ter entre as Nações o valor político correspondente ao seu passado, ao seu Império Colonial e à sua vocação civilizadora»” (Nogueira, 1977, p. 308). A partir deste momento, Salazar começa, de forma gradual, a ocupar-se das atividades do Ministério dos Negócios Estrangeiros, acompanhando de forma mais ativa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Armindo Monteiro (Raposo, 2003). A viragem da posição portuguesa perante a questão ítalo-etíope pode ser resumida da seguinte forma:

“Em termos económicos, não se pode dizer que Portugal tenha sido afetado pelas sanções: as relações comerciais com a Itália eram quase irrelevantes e, segundo o parecer dos serviços económicos do MNE, as exportações portuguesas poderiam até conquistar posições nos mercados internacionais à custa do embargo das importações italianas (especialmente no sector dos produtos alimentares: amêndoas, figos, frutos verdes, vinhos, etc.) Em termos políticos, porém, a situação mudava de figura. Se as sanções viessem incluir o petróleo provassem ser um êxito, então as potências democráticas poderiam avançar com a aplicação de uma punição idêntica à Alemanha, na sequência da remilitarização da Renânia a 7 de março. Ora, segundo o conde de Tovar, nesse caso alguns sectores exportadores da economia portuguesa (conservas, cortiça, produtos resinosos, fruta, vinho, artigos coloniais) poderia ser fortemente prejudicado, pois mesmo que o embargo se limitasse a produtos utilizáveis para fins militares, a Alemanha não deixaria certamente de dar preferência às importações de países não-sancionistas como o Brasil e a Itália, que concorriam diretamente com os produtos portugueses. Por outro lado, a mudança eleitoral em Espanha e França terá também tido a sua influência. A perspetiva de uma Europa meridional dominada por governos esquerdizantes (as Frentes Populares) deverá ter levado os responsáveis portugueses a repensarem as vantagens de se associarem à condenação

internacional do regime italiano, especialmente quando isso era feito em concerto com a União Soviética, a potência instigadora do comunismo internacional” (Oliveira, 2002: p. 28).

Também é possível que Salazar, tendo em vista uma futura negociação com a Santa Sé para a celebração de uma Concordata, procurasse evitar quaisquer dissabores nas relações com a Cúria Romana, tendo em consideração que o Vaticano nunca deixou de apoiar abertamente a cruzada de Mussolini na Etiópia (Cruz, 1998; Reis, 2001).

Como nota Pereira (2012, p. 529), “durante esta fase, Salazar ainda não exercia um domínio completo da política externa portuguesa”, como veio o episódio da crise da Abissínia a demonstrar, uma vez que apesar do ditador português ser favorável à uma revisão dos Tratados de Versalhes, para uma melhor acomodação das exigências de outras potências como a Alemanha nazi e a Itália fascista, o governo português foi levado, pela mão de Augusto de Vasconcelos e Armindo Monteiro, “a assumir em Genebra a defesa da segurança coletiva contra a violação do direito internacional cometida por Mussolini, ao invadir a Abissínia” (ibidem). Porém, este foi o evento que chamou atenção do Presidente do Conselho para o facto de que a política externa portuguesa não poder estar totalmente entregue ao Palácio das Necessidades, centralizando a decisão em política externa portuguesa novamente no chefe de governo (Nogueira, 2000).

Apesar da precariedade do sistema de segurança coletiva, o Portugal salazarista não tinha intenções de colocar em causa o *statu quo* do sistema internacional, simplesmente tem interesse em manter a integridade territorial do seu império colonial, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo sistema internacional. Como nota Raposo (2003, p. 38), “a Etiópia aparecia-nos, assim como uma solução a longo prazo para afastar as pretensões italianas” sobre as colónias portuguesas, face à mudança de circunstâncias políticas no panorama europeu.

Acima de tudo, esta crise serviu, “de facto, para Salazar fazer a sua aprendizagem em relações externas” (Meneses, 2010, p. 215),

e acima de tudo, de preparação para aquela que viria ser a sua primeira grande crise no sistema internacional, a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), no qual se verificaria mais uma vez a incapacidade das grandes potências de fazerem valer “os princípios que regiam a SDN e as novas fronteiras europeias, e em face dos novos nacionalismos nas colónias, do ressurgimento alemão, dos expansionismos italiano e japonês e da incógnita soviética, franceses e britânico preferiram culpar-se mutuamente a fazer valer, pela força, o Tratado de Versalhes” (Meneses, 2004, pp. 92-93).

Como observa Oliveira (2004, p. 115), “na sua ânsia de recuperar a Itália para a frente antigermana, e, ao mesmo tempo, «salvar as aparências» em Genebra, franceses e ingleses acabaram por obter o pior dos dois mundos: alienaram o regime de Mussolini e, de caminho, arruinaram a credibilidade da SDN”, sendo as sanções foram levantadas a 4 de julho de 1936, numa sessão extraordinária da Assembleia Geral da SDN, “que um mês antes escutara um último apelo diretamente da boca de Hailé Selassié” (Pereira, 2012, p. 69), o que evidenciava que “as sanções votadas em Genebra nunca passaram de letra-morta na sua aplicação ao Estado agressor” (Serrão, 2000, p. 71), cuja situação ficou consumada após o fim das sanções da SDN na sequência da captura da capital Addis Abeba em maio de 1936 pelo Reino de Itália. Como consequência, a Abissínia foi integrada junto dos restantes territórios coloniais na região da África Oriental sob soberania italiana.

A crise da Abissínia seria o primeiro prego no caixão do sistema de segurança coletiva da SDN, mal fora assente a poeira da guerra ítalo-etíope, “no dia 17 de julho revoltam-se contra o governo de Madrid as tropas espanholas em Marrocos e, no dia imediato, há um levantamento generalizado na própria Espanha” (Nogueira, 2000, p. 152), que vai despoletar a Guerra Civil de Espanha (1936-1939).

Referências bibliográficas

Caetano, M (1965). *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*. Lisboa: Ática.

- Crozier, A. J. (1977). *The causes of Second World War*, London: Ed. Blackwell Publications.
- Cruz, M. B. (1998). *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio.
- Duroselle, J. B. (2013). *História das Relações Internacionais – de 1919 a 1945*. Tomo I. Lisboa: Edições Texto & Grafia.
- Joaquim, E. B. (2012). «Entre duas realidades – Os realismos e a relação entre as estruturas doméstica e internacional». *Relações Internacionais*, 1 (36): 73-86
- Matos, V. M. C. (2014). *Portugal e Itália. Divergências e convergências em quarenta e três anos de relações diplomáticas (1943-1986)*. Tese de Doutoramento em Altos Estudos de História, especialidade em época contemporânea. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.
- Mendes, P. E. (2019). «As Teorias Principais das Relações Internacionais – Uma avaliação do progresso da disciplina». *Relações Internacionais*, 1 (61): 95-122.
- Meneses, F. R. (2004). «A Entente Cordiale - cem anos depois». *Relações Internacionais*, 1 (2): 86-93
- Meneses, F. R. (2010). *Salazar – Uma biografia política*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Milza, P. (1995). *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*. Lisboa: Edições 70.
- Nogueira, A. F. (1977). *Salazar, Volume II – Os tempos áureos (1928-1936)*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Nogueira, A. F. (2000). *O Estado Novo*. Porto: Editora Livraria Civilização
- Oliveira, P. A. (2000). *Armindo Monteiro – uma biografia política*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Oliveira, P. A. (2002). «Portugal e a Crise Italo-Abissina». *Ler História*, 42: 5-28.
- Oliveira, P. A. (2004). «Augusto de Vasconcelos e a crise da SDN». *Relações Internacionais*, 1 (1): 113-120
- Pereira, B. F. (2012). *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Publicações Dom Quixote.
- Pinto, A. C. (1994). *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa.

- Pinto, A. C. (2015). *Os Camisas Azuis e Salazar - Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Coimbra: Edições Almedina.
- Raposo, M. A. G. (2003). *A invasão da Etiópia em 1935 vista pela diplomacia portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Reis, B. C. (2001). «Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970)». *Análise Social*, 36 (161): 1019-1059.
- Ripsman, N. M.; Taliaferro, J. W.; Lobell, S. E. (2016). *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. New York: Oxford University Press.
- Rosas, F. (1994). «Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária». *Análise Social*, 128 (4): 871-887
- Salazar, A. O. (1945). *Discursos e Notas Políticas 1935-1937*. vol. II, 2º ed. Coimbra: Coimbra Editora.
- Schweller, R. L. (2004). «Unanswered Threats: A Neoclassical Realist Theory of Underbalancing». *International Security*, 29 (2): 159-201. <https://doi.org/10.1162/0162288042879913>
- Serrão, J. V. (2000) *História de Portugal – Da 1ª Legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941)*. vol. XIV. Lisboa: Editorial Verbo
- Severiano Teixeira, N. (1990). *O Ultimatum Inglês: Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*. Edições Alfa.
- Simms, B. (2023) *Europa: A Luta pela supremacia – De 1453 aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70.
- Torre do Tombo, AOE/CO/NE-4E, pasta 1, docs. 43-44.
- Torre do Tombo, AOS/CO/NE-4E, pasta 1, doc. 32.
- Torre do Tombo, AOS/CO/NE-4E, pasta 1, pp. 7-15.
- Torre do Tombo, AOS/CO/NE-6ª, pasta 8, pp. 95-104.
- Torre do Tombo, AOS/CP, 1ª Subdivisão.